



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 27/2019

Período: 03/08/2019 – 09/08/2019

GEDES - UNESP

- 1- Colunistas comentam participação de militares na política brasileira
- 2- Modificações na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos obstaculizam investigações sobre crimes no período da ditadura militar
- 3- Presidente da República afirmou que enviará esclarecimentos ao Supremo Tribunal Federal em relação a declarações sobre Fernando Santa Cruz
- 4- Ex-delegado do Dops foi denunciado pelo MPF
- 5- Bolsonaro desconsidera intervenção militar na Venezuela
- 6- Jornais noticiam desdobramentos da reforma da previdência para os militares
- 7- Bolsonaro chama torturador de 'herói nacional'

1- Colunistas comentam participação de militares na política brasileira

Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, o professor universitário e ex-ministro da Educação, Fernando Haddad, comentou a participação de militares na política brasileira. Haddad afirmou que cinco das sete Constituições federais atribuíram função política aos militares “como se a República precisasse de uma bengala e a democracia não pudesse resolver os problemas nacionais nos seus próprios termos”. O professor sugeriu a leitura do livro “Forças Armadas e Política no Brasil”, de José Murilo de Carvalho, para que se compreenda o quadro político atual e afirmou ser possível identificar ao menos duas semelhanças e duas diferenças entre os militares que desempenham papel político hoje e aqueles que atuaram nos golpes de Estado de 1937 e 1964. Entre as semelhanças, Haddad listou um “sentimento antipopular refratário à promoção das massas via participação no mercado e na política” e um movimento de “tensões corporativas” reacendido após “a instalação da Comissão [Nacional] da Verdade”. Em contrapartida, argumentou que “a instrumentalização do Poder Judiciário com fins políticos-partidários” e a redução do conceito de soberania nacional “à ideia de defesa do território” constituem diferenças entre os dois momentos. A *Folha* também publicou entrevista do fundador da Comissão Arns contra a Violência e ex-ministro da Justiça, José Carlos Dias, na qual ele argumentou que os militares que integram o governo de Jair Bolsonaro exercem o papel de “conter a fúria do presidente”. Questionado sobre os riscos em relação à democracia e o Estado de Direito no Brasil em 2019, Dias afirmou que tem “muito receio de um retrocesso nas conquistas democráticas que tivemos nos últimos 30 e tantos anos”, indicando a possibilidade de retorno de um regime ditatorial, “agora pelo voto”. (*Folha de S. Paulo – Opinião – 03/08/19; Folha de S. Paulo – Poder – 03/08/19*)

2- Modificações na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos obstaculizam investigações sobre crimes no período da ditadura militar

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, as trocas na composição e a redução orçamental da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) ameaçam a continuidade de investigações sobre crimes perpetrados durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). A troca de quatro dos sete membros da CEDMP foi autorizada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, e pela ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, após a então presidente da Comissão e procuradora da República, Eugênia Gonzaga, informar que cobraria explicações sobre declarações inverossímeis do presidente quanto ao desaparecimento de Fernando Santa Cruz. Entre as atividades atuais da CEDMP estão a investigação de locais de execução e sepultamento clandestino e a avaliação de ossadas de assassinados pela ditadura militar. Segundo Gonzaga, “a Comissão corre risco” uma vez que o presidente é contrário às investigações. O ex-integrante da CEDMP e deputado federal, Paulo Pimenta, classificou como “loucura” a seleção de integrantes que defendem a ditadura militar brasileira. Outros defensores do direito à verdade criticaram a decisão. Segundo a *Folha*, os novos membros da CEDMP são o advogado Marco Vinicius Pereira de Carvalho, o deputado federal Filipe Barros, do mesmo partido que Bolsonaro, e os militares: o coronel reformado Wesley Antônio Maretti e o oficial do Exército Vital Lima Santos. Além disso, conforme a *Folha*, Bolsonaro indicou o procurador-chefe da Procuradoria da República em Goiás, Ailton Benedito, para assumir a vaga do Ministério Público Federal (MPF) na comissão. Contudo, a indicação foi recusada pelo Conselho Superior do MPF, pois é de competência da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, escolher quem ocupa a vaga do MPF na CEDMP. Em entrevista ao *Estado de S. Paulo*, o governador do estado de São Paulo, João Doria, afirmou que as mudanças dos nomes da Comissão de Mortos e Desaparecidos realizadas no dia 01/08/19 não deveriam ter ocorrido em razão da inadequação do momento. (Folha de S. Paulo – Poder – 03/08/19; Folha de S. Paulo – Poder – 07/08/19; O Estado de S. Paulo – Política – 09/08/19)

3- Presidente da República afirmou que enviará esclarecimentos ao Supremo Tribunal Federal em relação a declarações sobre Fernando Santa Cruz

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmou, no dia 02/08/19, que enviará esclarecimentos ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, sobre o desaparecimento do estudante Fernando Santa Cruz em 1974, durante a ditadura militar (1964-1985). De acordo com Bolsonaro, o conteúdo de suas declarações são “nada demais”. Na ocasião, o presidente afirmou que Fernando Santa Cruz- que é pai do atual presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz - havia sido assassinado por militantes da Ação Popular Leninista-Marxista no estado do Rio de Janeiro. Segundo Bolsonaro, sua “vivência” o levou a essa conclusão. A declaração do presidente não corresponde aos fatos apurados por órgãos como a Comissão Nacional da Verdade e a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, que afirmam que Fernando Santa Cruz foi executado por agentes da ditadura militar. Em entrevista ao *Estado de S. Paulo*, o governador do estado de São Paulo, João Doria, disse que não podia se calar diante das declarações de Bolsonaro, que teve um embate público com presidente da OAB: “tenho respeito por todos aqueles que foram vítimas da ditadura e pelos filhos das vítimas. Sou filho de uma vítima da ditadura e não posso me calar. A história não

se apaga com decretos e declarações” afirmou o governador.(Folha de S. Paulo – Poder – 03/08/19; O Estado de S. Paulo – Política – 09/08/19)

4- Ex-delegado do Dops foi denunciado pelo MPF

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o Ministério Público Federal (MPF) denunciou, no dia 24/07/19, o ex-delegado do antigo Departamento de Ordem Política e Social (Dops), Cláudio Antônio Guerra, por destruir e ocultar cadáveres durante o regime militar (1964-1985). Conforme a *Folha*, a denúncia foi feita após comprovação dos relatos exibidos no livro “Memórias de uma Guerra Suja”, no qual Guerra contou que retirou 12 corpos do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), na cidade de Petrópolis, e os levou para serem incinerados na cidade de Campos dos Goytacazes, ambas localizadas no estado do Rio de Janeiro. De acordo com o jornal, o MPF considerou que o crime não pode ser enquadrado na lei da Anistia, pois tinha motivação política. (Folha de S. Paulo – Poder – 07/08/19)

5- Bolsonaro desconsidera intervenção militar na Venezuela

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, no dia 28/07/19, em uma reunião entre o presidente da República do Brasil, Jair Bolsonaro, e o presidente estadunidense, Donald Trump, Bolsonaro descartou a possibilidade de uma intervenção militar na Venezuela por parte do Brasil. Segundo o jornal, a declaração de Bolsonaro ocorreu após Trump indagar sobre uma possível ação conjunta na Venezuela. Além disso, Bolsonaro também disse que as Forças Armadas brasileiras foram enfraquecidas nas últimas duas décadas, e que esse tipo de ação só acarretaria em impasses na região. De acordo com a *Folha*, militares conselheiros de Bolsonaro já haviam sugerido ao presidente evitar qualquer ação com uso da força na Venezuela, considerando possíveis retaliações internacionais e desaprovação da população do Brasil. (Folha de S. Paulo – Mundo – 07/08/19)

6- Jornais noticiam desdobramentos da reforma da previdência para os militares

Segundo *O Estado de S. Paulo*, o relator da reforma da previdência dos militares, deputado Vinícius Carvalho, admitiu em entrevista ao *Estadão/Broadcast* que “tudo é possível” na tramitação da proposta, e evitou comprometer-se com a ideia que vem sendo divulgada pelo governo de que a nova previdência representará uma economia de pelo menos R\$ 10,45 bilhões em uma década. De acordo com o *Estado*, a reforma dos militares apresenta sacrifícios mais brandos e contempla uma categoria com reajustes e gratificações que chegam a 73% do soldo. Carvalho contou ao *Estadão/Broadcast* que já recebeu quatro associações de militares para discutir pedidos de inclusão no projeto e afirmou que vai dialogar com líderes de partidos e os Ministérios da Defesa e da Economia. Segundo o *Estado*, Carvalho fez elogios às Forças Armadas e repetiu o argumento usado pela carreira para defender os reajustes: “Eles estão sendo achatados desde 2001 (quando uma reforma acabou com uma série de benefícios)”. “Para mim, as Forças Armadas, se não é (a única), é uma das que têm maior credibilidade no nosso País como instituição”, declarou o deputado. De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o presidente Jair Bolsonaro acredita que a reforma da previdência dos militares pode ser aprovada até setembro na Câmara dos Deputados, que, na opinião do presidente, é o mesmo período que o

Senado deve terminar a apreciação do texto sobre as mudanças nas aposentadorias dos civis, encaminhado no dia 08/08/19 à casa. De acordo com o *Correio*, os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre, firmaram um acordo, aprovado pelo chefe do Executivo federal, que deixou encaminhado o entendimento de tramitar simultaneamente ambos os textos, cada um em uma casa. Segundo o *Correio*, Bolsonaro acredita que a matéria tramitará na Câmara “sem qualquer percalço”, ao mesmo tempo que frisou que os oficiais das Forças Armadas não possuem “um montão de coisa” que outros trabalhadores têm, como Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e hora extra. “Essa reforma é um pouco diferente das demais, mas é uma carreira e não é porque sou (militar) não, não estou sendo corporativista que presta um trabalho para o Brasil, independentemente de hora ou local.” (*Correio Braziliense - Poder - 09/08/19*; *O Estado de S. Paulo – Economia – 08/08/19*; *O Estado de S. Paulo – Economia – 09/08/19*)

7- Bolsonaro chama torturador de ‘herói nacional’

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, chamou o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, um dos principais símbolos da repressão durante a ditadura militar (1964-1985), de “herói nacional”, após receber Maria Joseita Silva Brilhante Ustra, viúva do militar, no Palácio do Planalto. Quando questionado sobre a razão da agenda com Maria Joseita, Bolsonaro afirmou que ela foi revisora do livro escrito por Ustra, “A Verdade Sufocada”, e que tem “histórias maravilhosas” para contar sobre as mulheres presas durante a ditadura. “Tudo o que ela fez no tocante ao bom tratamento a elas [mulheres presas na ditadura], no tocante à enxoval, dignidade, parto. Ela conta uma história bem diferente daquela que a esquerda contou para você. Tem um coração enorme. Eu sou apaixonado por ela”, disse o presidente. Bolsonaro também declarou ter tido “muito contato” com Ustra. Depois, se corrigiu, afirmando ter tido “alguns contatos” com o militar enquanto estava vivo. “(É) um herói nacional, que evitou que o Brasil caísse naquilo que a esquerda hoje em dia quer”, disse. Ustra comandou o Destacamento de Operações de Informações (DOI-Codi) do 2º Exército (São Paulo) de 1970 a 1974. Segundo o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, durante a gestão de Ustra, a unidade foi o responsável pela morte ou desaparecimento de pelo menos 45 pessoas. Em 2008, o coronel foi o primeiro oficial das Forças Armadas condenado pela Justiça brasileira em ação declaratória por sequestro e tortura durante o regime militar. Essa não foi a primeira vez que Bolsonaro chamou de “herói” o coronel condenado por atos de tortura. Em declaração à *Folha*, o advogado Miguel Reale Jr, um dos autores do pedido de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, reagiu às falas de Bolsonaro, classificando-as como um “tapa na cara da civilização”. “Como ex-presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, e tendo sabido o que se passou no DOI-Codi, isso me causa a maior indignação”, acrescentou Reale Jr. (*Correio Braziliense – Poder – 09/08/19*; *Folha de S. Paulo – Poder – 09/08/19*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruna Carolina da Silva Souto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Junior (Supervisor, doutorando em Relações Internacionais, bolsista Fapesp); Débora Maria dos Reis Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Isabela de Oliveira Guariza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Karina Hikari Thotusi (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Dias de Paula (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Renata Carol Cancian Mallmann (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).